



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000426230

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1009374-39.2024.8.26.0048, da Comarca de Atibaia, em que é apelante RENÊ PAULO FONSECA FERREIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO BMG S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROBERTO MAIA (Presidente sem voto), LIDIA REGINA RODRIGUES MONTEIRO CABRINI E ÁLVARO TORRES JÚNIOR.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

MARIA SALETE CORRÊA DIAS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

JL

Voto nº 16189

Apelação nº 1009374-39.2024.8.26.0048

Apelante: Renê Paulo Fonseca Ferreira (Justiça Gratuita)

Apelada: Banco BMG S/A

Origem: Foro de Atibaia — 2ª Vara Cível

Juiz prolator: José Augusto Reis de Toledo Leite

CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANOS MORAIS. Sentença de improcedência. APELAÇÃO. Irresignação da Autora. Alegação de que não solicitou cartão de crédito. Ré que apresentou contrato e depósito da quantia em conta da Autora. Contratação comprovada. Precedente deste E. TJSP. Produto que pode ser cancelado pela parte contratante a qualquer tempo, independentemente de seu adimplemento contratual. Inteligência do artigo 17-A da Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS. Pleito de conversão do negócio jurídico em outro diverso do pactuado deduzido à míngua de fundamentação legal e possibilidade do pedido. Ausentes indícios mínimos de que houve fraude, conclui-se pela inexistência da prática de ato ilícito. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Vistos.

A r. sentença (fls. 205/209), cujo relatório adoto, **JULGOU IMPROCEDENTE** o pedido formulado por **Renê Paulo Fonseca Ferreira** em face de **Banco BMG S/A**, nos seguintes termos:

“Ante todo o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, revogo a antecipação dos efeitos da tutela concedida e

JULGO IMPROCEDENTE o pedido.

Arcará o autor com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor dado à causa, observada a gratuidade concedida”.

Inconformada, recorre a parte autora (fls. 213/222) alegando, em breve síntese, que: 1) há vício de consentimento, pois o reconhecimento facial do autor não atesta seu conhecimento dos termos; 2) não foi juntada fatura do cartão de crédito; 3) nunca recebeu o cartão; 4) a contratação é abusiva, impondo ao consumidor maior hipossuficiência financeira e descontrole; 5) o banco réu obriga a parte a pagar o mínimo da fatura mediante desconto em folha de pagamento de seu benefício previdenciários; 6) não há previsão para encerramento do contrato; 7) foi ludibriado pelo banco, sua intenção era contratar empréstimo consignado; 8) sofreu danos morais. Pugna pela reforma da sentença.

Recurso tempestivo e isento de preparo.

Contrarrazões às fls. 228/249.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É O RELATÓRIO.

Cuidam os autos de “AÇÃO DE CONHECIMENTO COM DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA”

Narra a exordial que a parte autora é beneficiária do INSS e que foi incluída operação de crédito junto à instituição financeira

requerida em sua folha de pagamento, nomeado “Cartão de Crédito Consignado”. Diz que os descontos mensais foram incluídos em 21/09/2022, correspondentes à fatura mínima do cartão (R\$ 83,48). Afirma que desconhece o modelo de negócio que lhe foi imposto e que não recebeu, desbloqueou ou usou o cartão de crédito. Sustenta que o contrato é abusivo e que não lhe foram prestadas informações claras, tendo sido o autor compelido a aderir a cláusulas abusivas. Requer a concessão de tutela de urgência e a procedência da ação para cancelamento da operação, repetição em dobro dos valores cobrados e pagamento de danos morais. Subsidiariamente, pede a conversão do negócio jurídico.

O pedido de liminar foi deferido e foram concedidos os benefícios da justiça gratuita (fls. 45/48).

A parte ré apresentou contestação (fls. 65/78), alegando preliminarmente inépcia da inicial. Sustenta no mérito, em resumo, a regularidade da contratação do cartão de crédito consignado de benefício, que se dá por iniciativa do cliente, sendo realizado por meio de assinatura de termo de adesão e consentimento esclarecido. Alega que o contrato foi celebrado em 19/09/2022, com a expedição do cartão de crédito nº 5259 XXXX XXXX 1357. Diz que o cartão de crédito foi utilizado para realizar saques e que efetua o desconto mínimo em folha, ficando a cargo da parte realizar o pagamento pendente do restante da fatura, de modo que a ausência de pagamento implica na incidência de encargos sobre o saldo devedor.

Em réplica (fls. 198/203), a parte autora repisou seus argumentos.

Sobreveio a r. sentença de improcedência.

Pois bem.

Em que pesem as alegações da parte apelante, o inconformismo não merece prosperar.

Não há dúvida quanto à aplicação das regras consumeristas ao caso em comento, uma vez que autor e réu se qualificam, respectivamente, como consumidor e fornecedor de serviço bancário, nos termos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo perfeitamente observável o entendimento contido na Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça: "*O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras*".

No caso dos autos, a parte autora não negou a contratação do Cartão de Crédito – RMC.

A instituição financeira juntou termo de adesão ao cartão consignado (fls. 79/81) e termo de consentimento com o cartão consignado (fls. 84 e 100); ambos assinados eletronicamente.

E, aqui, não se despreza a avançada idade da parte recorrente, tampouco as mais diversas fraudes perpetradas contra beneficiários da Previdência; porém, como apontado, a documentação apresentada pelo banco indica a regular contratação do cartão de crédito consignado.

Porém, após o desfrute do produto contratado, tendo sido bem demonstrado que a parte autora realizou saques em 23/09/2022 (fl. 132) e 22/09/2023 (fl. 133), sequer se propôs a promover a devolução de tais quantias, mas ajuizou a presente ação intentando o cancelamento do cartão, com a consequente condenação da instituição financeira requerida ao pagamento de indenização.

Nesse sentido, destaquem-se a jurisprudência deste

E. Tribunal:

Ação declaratória de nulidade de contrato c.c. repetição de indébito. Cartão de crédito consignado. RMC. Contratação válida, não tendo sido demonstrado o vício de consentimento. Inadmissibilidade do pleito de convalidação em empréstimo consignado, com devolução do que foi pago a mais devidamente corrigido. Dano moral não configurado. Recurso do requerido provido, desprovido o recurso da parte autora. (TJSP; Apelação Cível 1003453-06.2024.8.26.0564; Relator (a): Luis Carlos de Barros; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Bernardo do Campo - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 24/10/2024; Data de Registro: 24/10/2024)

PROCESSO – Falta de interesse recursal quanto à pretensão da parte apelante de que seja concedido o benefício da gratuidade de justiça à parte apelante por falta de interesse recursal (CPC/2015, art. 996). CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO, COM DESCONTO EM FOLHA – Reconhecimento: (a) da validade do contrato de cartão de crédito consignado, com desconto em folha de pagamento, celebrado pelas partes, o que permite à parte ré instituição financeira efetuar a reserva da margem consignável, a teor do art. 2º, §2º, I, da LF 10.820/2003, com redação dada pela LF 13.172/2015, visto que a celebração do contrato, negada pela parte autora, restou demonstrada pela prova documental produzida pela parte ré instituição e inconsistentes as alegações da parte autora consumidora de inexistência de contratação ou de sua nulidade por vício de consentimento e venda casada; e (b) da existência de liberação de crédito, decorrente da contratação, em questão, ainda não satisfeito, pelos

débitos em folha já realizados. DÉBITO, RESPONSABILIDADE CIVIL E CESSAÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO – Válido o contrato de crédito consignado, com desconto em folha de pagamento celebrado pelas partes, com liberação de crédito, ainda não satisfeito, pelos débitos em folha já realizados, no caso dos autos, de rigor, o reconhecimento de que a parte ré instituição financeira tem direito de efetuar a reserva da margem consignável, a teor do art. 2º, §2º, I, da LF 10.820/2003, com redação dada pela LF 13.172/2015, e, conseqüentemente, da licitude dos descontos para amortizar o crédito liberado e do descabimento de sua condenação ao pagamento de indenização, a título de danos moral e material, porque não existe obrigação de indenizar, uma vez que a parte credora não praticou ato ilícito, nem à repetição de indébito, em dobro ou de forma simples, uma vez que inexistente desconto indevido, por se tratar o exercício regular de seu direito (CC, art. 188, I), além da rejeição do pedido da parte autora de readequação do empréstimo no cartão de crédito para empréstimo consignado padrão, com manutenção da r. sentença que julgou improcedente a ação. Recurso desprovido. (TJSP; Apelação Cível 1020597-50.2022.8.26.0309; Relator (a): Rebello Pinho; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jundiaí - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/10/2024; Data de Registro: 15/10/2024)

JUSTIÇA GRATUITA – Manutenção – Réu apelante não apresenta elementos informativos concretos que evidenciem a necessidade de revogação do benefício – Alegações genéricas – Benefício mantido. PRESCRIÇÃO – Rejeição – Ação de nulidade de contrato e de indébito, relativas a contratos bancários, estão sujeitas a prescrição decenal, nos termos do art. 205 do Código

Civil. DECADÊNCIA - Ação declaratória de nulidade de contrato bancário – Inocorrência - Contrato de trato sucessivo, com descontos mensais de valores no benefício previdenciário da autora - Inaplicabilidade do art. 178 do CC. CONTRATO – Mútuo com emissão simultânea de cartão de crédito consignado e reserva de margem consignada no benefício previdenciário da autora (RMC) – Validade do contrato – Autora não nega a contratação do mútuo (empréstimo consignado), mas questiona a contratação de cartão de crédito consignado – Vício de consentimento – Inocorrência - Existência de elementos nos autos que comprovam a contratação do cartão com pagamento do valor mínimo da fatura mensal mediante desconto direto no benefício previdenciário da autora – Prevalência da forma contratada pelas partes e obediência ao "pacta sunt servanda" - Descontos de operações de cartão de crédito nos proventos de aposentadoria são admissíveis - Dano moral – Inocorrência – Inexistência de ato ilícito - Improcedência da ação que era de rigor – Sentença reformada - Encargos sucumbenciais de responsabilidade exclusiva da autora - Autora decaiu de maior parte do pedido e responde, por inteiro, pelos encargos sucumbenciais definidos na sentença, cuja exigibilidade é suspensa por força da gratuidade processual – Sentença reformada. Recurso provido. (TJSP; Apelação Cível 1106758-74.2023.8.26.0100; Relator (a): Álvaro Torres Júnior; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 15ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/10/2024; Data de Registro: 11/10/2024)

A bem da verdade, as alegações da parte autora são genéricas e ao mesmo tempo que diz não ter realizado a contratação, discorre acerca da abusividade dos juros e pretende a conversão do

negócio jurídico em outro. Ou seja, reconhece a contratação, mas entende que foi ludibriada a firmar negócio jurídico diverso do que pretendia.

De qualquer modo, destaco que há êxito da parte requerida em demonstrar a regularidade da contratação, tendo apresentado cópia do instrumento com autenticação eletrônica, com indicação precisa de endereço, IP, fotografia *selfie* e de documento pessoal, dados pessoais idênticos aos fornecidos na inicial.

Por fim, restou devidamente comprovada nos autos a contratação do cartão com reserva de margem consignável impugnado na demanda, tendo em vista a apresentação do instrumento contratual, bem como, prova do recebimento dos valores pela parte autora.

Logo, não há que se falar em vício de consentimento, tendo em vista que, além de a contratação se tratar de uma faculdade, há prova documental de sua ocorrência, não havendo demonstração de que tal relação teria sido realizada por uma imposição do banco.

Por oportuno, é de se destacar que o cartão de crédito consignado pode ser cancelado pela parte autora a qualquer tempo, nos termos do artigo 17-A da Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS.

Desta forma, tendo o banco réu se desincumbido do ônus probatório que lhe cabia e ausentes indícios mínimos de que houve uma fraude e/ou falha na prestação de serviços, conclui-se pela inexistência da prática de ato ilícito a ensejar o acolhimento dos pedidos autorais, incluindo-se no que tange ao pedido de conversão do negócio jurídico em outro diverso do que fora pactuado, pois ausente hipótese legal para tanto.

Destarte, nada há que se modificar na r. Sentença.

Por derradeiro, a fim de evitar a oposição de embargos de declaração, única e exclusivamente votados ao prequestionamento, tenho por **expressamente prequestionada**, nesta instância toda matéria, consignando que não houve ofensa a qualquer dispositivo a ela relacionado.

Na hipótese de oposição de embargos de declaração contra o presente acórdão, fica registrado que o seu julgamento será efetuado pelo sistema virtual, tendo em vista que, nessa espécie de recurso, não cabe sustentação oral.

Sendo manifestamente protelatória a apresentação dos embargos de declaração, **aplicar-se-á a multa** prevista no art. 1.026, §§ 2º e 3º, do CPC.

Diante do exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO ao recurso**, nos termos da fundamentação supra.

Ante o disposto no artigo 85, §11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios para 12% do valor da causa, observada gratuidade de justiça eventualmente deferida nos autos.

MARIA SALETE CORRÊA DIAS
RELATORA